

# TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: OS PANKARARU NO REAL PARQUE

Luz, Fabiana Cristina da  
Mucivuna, Vanessa Costa  
Santana, Josefa Mônica Jesus  
Silva, Mayra Dias Barbosa da<sup>1</sup>

## Resumo

Constituído como resultado de múltiplas relações sociais, que se movimentam constantemente de acordo com a mudança da técnica e da sociedade, os territórios estão sob constante processo de construção-destruição-reconstrução, o que implica necessariamente a desterritorialização seguida da reterritorialização de grupos sociais. A partir desta dinâmica territorial, este estudo tem como objetivo compreender a territorialização de um grupo de migrantes da etnia Pankararu, dissidentes de sua tribo originária do sertão de Pernambuco, estado situado no nordeste do Brasil, que atualmente se concentra no Real Parque, uma favela localizada no bairro do Morumbi, a beira do rio Pinheiros na capital paulista, sudeste do Brasil.

Assim como outros grupos de migrantes que procuram as grandes metrópoles em busca de renda, os Pankararu também sofrem privações, com relação a habitação, saúde, educação e outros bens públicos, bem como com o preconceito. Porém ao longo desses anos vem se mobilizando politicamente para assim garantir e ampliar seus direitos junto aos órgãos públicos, já com algumas conquistas. Além da mobilização política os Pankararu, principalmente os mais velhos do grupo, tentam, na medida do possível, reproduzir suas manifestações culturais em meio a urbanidade, afirmando sua identidade cultural, sendo esta também uma maneira de reivindicar seus direitos como povo indígena mesmo inseridos em uma metrópole.

---

<sup>1</sup> Graduandas 5º semestre de geografia na Universidade Cruzeiro do Sul

Além de revisão bibliográfica realizamos pesquisa de campo na favela do Real Parque e entrevistas com representantes de instituições Pankararu do Real Parque e moradores locais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pankararu, território, territorialidade, cultura e identidade.

## **Resumen**

Formada como resultado de múltiples relaciones sociales, que se mueven continuamente de acuerdo con el cambio en la tecnología y la sociedad, los territorios están en constante proceso de construcción-destrucción-reconstrucción, lo que necesariamente implica la desterritorialização reterritorialization seguido de los grupos sociales. De esta dinámica zona, este estudio pretende comprender el territorio de un grupo de inmigrantes de la etnia Pankararu, disidente de su tribu de la Carter de Pernambuco, ubicado en el estado noreste de Brasil, que actualmente se centra en el Real Parque, un barrio bajo ubicado en el barrio de Morumbi el borde del río Pinheiros, en São Paulo, sudeste de Brasil.

Al igual que otros grupos de migrantes que buscan las grandes ciudades en busca de ingresos, la Pankararu también sufren la privación con respecto a la vivienda, la salud, la educación y otros bienes públicos, así como el perjuicio. Pero a lo largo de los años ha sido la movilización política y la ampliación de garantizar sus derechos con el público, con algunos logros. Pankararu Además de la movilización política, en especial los de más edad del grupo, intentando en lo posible, sus eventos culturales desempeñan en medio de la urbanidad, la afirmación de su identidad cultural, que es también una manera de reclamar sus derechos como pueblo indígena que entró en una metrópoli.

Además de la revisión de la literatura de investigación de campo se realizó en el barrio de Real Parque y entrevistas con representantes de instituciones Pankararu de Real Parque y los residentes locales.

**PALABRAS CLAVE:** Pankararu, el territorio, la territorialidad, la identidad y la cultura.

## **Introdução**

Observa-se na Geografia uma leitura do marxismo que em muitos momentos acaba por ignorar a figura do sujeito do processo real de que trata esta ciência. Visão esta que coloca as questões da consciência, individualidade e subjetividade, como que determinadas pelo o sistema capitalista de produção, ou seja, a determinação destas questões se daria por causas externas, puramente econômicas.

Na ciência geográfica tal visão transparece no entendimento que esta possui a respeito do processo de produção do espaço determinado pelo modo de produção, uma apropriação que implica determinações estritamente econômicas. As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam interesses, projetos, sonhos, idéias, necessidades, etc. São estas projeções dos homens (seres históricos, sociais e culturais) na continua antropomorfização da superfície terrestre.

Não buscamos com argumentações negar que a organização espacial e a disposição dos objetos obedecem e expressam funções e necessidades da produção, e que os padrões espaciais encontrados atualmente revelem a manutenção (produção e reprodução) do Capitalismo enquanto sistema. Entretanto acreditamos que apenas as questões econômicas não recobrem a integralidade do processo, e que além da materialização do modo de produção na superfície da terra a produção do espaço expressa também vários outros condicionantes encontrados nas tradições, simbologia e cultura de uma época, ou grupo social, sendo esta de importante relevância no processo (MORAES, 1991).

De acordo com Santos (1999) a cultura é uma herança, mas também um reaprendizado das relações do homem com o meio, o que a revela como fator de extrema importância para compreensão da maneira como os grupos sociais se apropriam dos territórios seja por meio do poder ou do sentimento de

pertencimento, e ainda como produzem e reproduzem o espaço através de suas edificações e criações, transformando o meio natural de acordo com seus anseios.

Partimos também da concepção de cultura proposta por Claval (1999) que considera esta um conjunto de práticas, conhecimentos, atitudes e idéias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência, concepção esta que nos permite compreender as diversidades encontradas nos objetos num mesmo período técnico, já que cada indivíduo, grupo social ou agente social, sendo este hegemônico ou não, possui potencial de transformar, produzir e reproduzir o espaço, construir e desconstruir territórios, se relacionando com a realidade ao seu redor de acordo com sua visão de mundo e sua cultura.

Verificamos desta maneira que as discussões acerca de conceitos como, cultura e identidade se revelaram importantíssimos quando são abordadas comunidades originárias (GONÇALVES, 2006) como no caso dos Pankararu, já que estas mantêm cultura e tradições específicas, que influenciam diretamente em sua relação com o meio.

Portanto para compreender na totalidade o processo de territorialização, e conquista de direitos, desse grupo de migrantes indígenas da etnia Pankararu, dissidentes de sua tribo originária do sertão de Pernambuco, estado situado na região nordeste do Brasil, que atualmente se concentra no Real Parque, uma favela localizada no bairro do Morumbi, a beira do rio Pinheiros na capital paulista, região sudeste do Brasil, foi bastante pertinente a busca referenciais teóricos de outras ciências além da geográfica que nos permitissem abarcar da maneira mais abrangente possível este processo.

Além de revisão bibliográfica e observação in loco, buscamos saberes informais ou pré-científicos através de entrevistas com representantes das instituições Pankararu do local e com moradores Pankararu e não Pankararu, para assim satisfazer as necessidades teóricas e práticas da pesquisa, de modo que a nossa proposta dentro desta pesquisa pudesse se realizar com maior clareza e compreensão, dada importância do tema.

## “Do São Francisco ao Pinheiros”

A aldeia Brejo dos Padres, área indígena pertencente aos Pankararu, um dos primeiros grupos indígenas nordestinos a ser reconhecido pela FUNAI<sup>2</sup>, se localiza entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Itaparica, mais precisamente na região da Serra de Tacaratu, no sertão de Pernambuco, próxima as margens do rio São Francisco (SAMPAIO, 2005).

Considerados um dos grupos mais combativos na defesa de suas terras os Pankararu não tiveram seu direito fundiário respeitado, sua terra que foi originalmente delimitada pelo Estado com 14.290 hectares foi homologada em 1940 com apenas 8.100 hectares, quase metade da metragem delimitada anteriormente (RICARDO, RICARDO, 2001 e 2005).



Aldeia Brejo dos Padres - Pernambuco.  
Fonte:<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pankararu/>

---

<sup>2</sup> Fundação Nacional do Índio

Em 1984 a FUNAI propõe a correção da diminuição realizada em 1940, porém esta proposta é recusada pelo Ministério da Agricultura, com esta decisão intensificam-se os conflitos fundiários entre Pankararu e posseiros na parte sul da área indígena delimitada, ambos passam a reivindicar a decisão da justiça no reconhecimento de sus direitos e a situação permanece pontuada por conflitos já que os posseiros possuem as melhores terras e aos indígenas resta plantar nas serras. Além da situação fundiária com o crescimento populacional as terras Pankararu homologadas tornam-se escassas e os indígenas não conseguem viver como antes, apenas do cultivo de subsistência (RICARDO, RICARDO, 2001 e 2005), esses fatores influenciam diretamente na migração de alguns indivíduos deste grupo étnico, em busca de melhores condições de renda.

Os Pankararu começam a migrar para metrópole paulista a partir de 1940, porém esse fluxo intensifica-se a partir das décadas de 1950-60 (ARRUTI, 1996 e 1999, MATTA, 2005 e 2007). A partir destas décadas a migração torna-se constante, e os últimos dados lançados revelam que em São Paulo já são 1500 Pankararu (ARRUTI, 1999, MATTA, 2007) sendo que na favela do Real Parque, praticamente as margens do rio Pinheiros, encontram-se 116 famílias que quantificam 513 indivíduos (MATTA, 2007).

Assim como outros grupos de migrantes que procuram as metrópoles em busca de melhores condições de renda, os Pankararu também sofrem diversas privações, com relação à habitação, saúde, educação e outros direitos adquiridos através de setores públicos, bem como com o preconceito. Porém por quase quinze anos os Pankararu do Real Parque vem se organizando e mobilizando politicamente para assim garantir e ampliar seus direitos diferenciais junto aos órgãos públicos.



Favela Real Parque. Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>

Como resultado de sua mobilização política os Pankararu do Real Parque, contam atualmente com um ambulatório indígena no hospital Morumbi, assistência da FUNAI através da Administração Executiva Regional de Bauru, um projeto de coleta seletiva para reciclagem, o Projeto Pindorama, que fornece bolsas de estudo para alunos indígenas, mantido pela PUC, Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e FUNAI, o programa Formatos 500, coordenado pelo Senac-SP que assessora e dá apoio técnico ao projeto Protagonismo Juvenil com a Arte Pankararu (PANKARARU,2005) e outros projetos como o resgate do dialeto originário da etnia Pankararu e a criação de uma escola indígena Pankararu no Real Parque que ainda estão em fase inicial. Os Pankararu do Real Parque possuem também duas associações, uma fundada em 1994, a Associação S.O.S Comunidade Indígena Pankararu e a Organização Não Governamental Ação Cultural Indígena Pankararu, fundada em 2003 e mais ativa na articulação de parcerias e apoios para novos projetos.

Além da mobilização política em prol de seus direitos sociais os Pankararu do Real Parque tentam na medida do possível, enfrentando diversas restrições realizar suas manifestações culturais em meio a urbanidade, fator que possibilita maior visibilidade para suas reivindicações políticas e econômicas e para sua condição de indígena privado de seus direitos.

Desta forma os migrantes Pankararu quando chegam na metrópole de São Paulo não apenas entrecruzam sua identidade no confronto com uma cultura hegemônica, mas também trazem consigo sua identidade e tentam reproduzir suas manifestações culturais na favela Real Parque através de seus rituais, principalmente da realização do toré, ritual, dança e música características de sua cultura, que representam e mantêm o laço com seus ancestrais e desta maneira com sua identidade pankararu.

Para Funai, ser Pankararu significa ocupar o território pankararu não sendo possível reconhecer um grupo que não tenha território, da mesma forma que não é possível reconhecer mais de um território para um mesmo grupo. Frente a essas limitações, os sobrenomes, Pankararu, adotados pelos integrantes do grupo e a realização do toré em outros locais representam recursos simbólicos e políticos que lhes permite romper com a imobilidade imposta pelo território político legal-administrativo definido pelo órgão indigenista (ARRUTI, 1996).

O toré realizado em São Paulo, ou em outros locais que não seja a Aldeia Brejo dos Padres, terra indígena Pankararu definida pelo Estado, se configura como componente estruturador da identidade desse grupo, o que nos possibilita compreender se neste contexto se o território seria, não apenas um instrumento político, econômico e espaço de uma possível cidadania, mas efetivamente um espaço de identificação e criação com o mundo (HAESBAERT, 1996).

### **A constituição de um Território**

São diversas as concepções acerca o conceito de território, já que este se constitui como um dos principais conceitos discutidos na ciência geográfica. O território utilizado primeiramente pela geografia política para designar o espaço



apropriado por determinado grupo social, sendo este resultado da produção do espaço no qual se inscreve uma relação de poder pelos atores produtores do mesmo (RAFFESTIN, 1993). Percebe-se a partir da acepção política o território como uma porção de terra dominada e delimitada fisicamente através de fronteiras concebidas por relações de poder, porém entendemos que o território não é exclusivamente político, econômico, cultural ou somente natural, mas que este é preenchido por diversas relações de poder desde as mais materiais, políticas e econômicas, até as mais simbólicas, como o viés cultural.

Assim o território se constitui através do processo de construção do espaço pelos agentes e resulta das ações sociais estabelecidas por estes agentes neste espaço determinado, imbricam-se nesse processo múltiplas relações de poder desde as mais políticas e econômicas até as mais simbólicas de ordem estritamente cultural (HAESBAERT, 2004), desta forma o território constitui-se não apenas como instrumento político-econômico, mas também como fonte de identificação cultural.

A partir da colocação de Haesbaert podemos afirmar que o território não pode ser compreendido em sua totalidade apenas por um viés exclusivo, seja este político, econômico ou cultural, já que este se constitui a partir de múltiplas relações de poder.

O processo de apropriação de determinado território pode possuir tanto o caráter de dominação, legitimação das relações de poder, como pode estar relacionado, concomitantemente, a uma dimensão mais simbólica, distingue-se então apropriação da simples dominação, o primeiro possui caráter mais simbólico carregado de marcas do “vivido” o que implica também nas relações de poder, já o segundo, quando acontece separadamente ao processo de apropriação apresenta caráter mais concreto e funcional (LEFEBVRE, 1986 apud HAESBAERT, 2002).

Esta dimensão mais simbólica, relacionada ao processo de apropriação, entre outros fatos deriva do resultado de um processo histórico de construção do espaço em que os agentes sociais lhe imprimem suas características socioculturais (SANTOS, 1996), e criam a partir disto relações de afetividade com

o local, que se constitui efetivamente como espaço de identificação de determinados grupos sociais.

Imprimindo suas peculiares características socioculturais os Pankararu do sertão pernambucano se apropriam do espaço, a terra que ocupam se integra a uma percepção religiosa da natureza em que as rochas, os morros, as fontes e o rio, constituem-se como referências topográficas nas quais seus ancestrais estão presentes. Esses referenciais concretos se apresentam desta forma como componente estruturador da identidade, se caracterizando como extensão da personalidade do indivíduo ou do grupo (TUAN, 1980).

É portanto através da ocupação e do acesso a essa terra que os Pankararu constituem e se apropriam de seu território no sertão pernambucano, imprimindo em sua terra não apenas relações de poder, mas também emoções, sensibilidades e identidade. Sendo assim, o território Pankararu pernambucano apresenta além de um caráter físico, um nítido caráter cultural, principalmente por se tratar de um grupo social que nos remete a identidade cultural, fator de extrema importância para compreender o processo de apropriação do território pelo grupo tanto no sertão pernambucano quanto dos que migraram para favela do Real Parque.

Concordamos com Sack quando afirma que:

“A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significados” (1989, pág. 219).

Assim acreditamos que a territorialidade além de incorporar uma dimensão política, também incorpora relações econômicas e culturais, pois está de acordo com a forma que as pessoas utilizam a terra, organizam o espaço e como sentem o lugar. Entendemos que a territorialidade do grupo Pankararu na aldeia Brejo dos

Padres está diretamente ligada aos seus ritos, costumes, cultura e identidade com o local.

Porém como a maioria dos grupos étnicos do nordeste os Pankararu sofreram com políticas públicas formuladas e impostas por órgão estatais, sem nenhuma participação efetiva do grupo, além das ações missionárias ocorridas desde a colonização portuguesa na qual ocorreram deslocamentos e aldeamentos forçados impondo uma convivência e a posterior indiferenciação de etnias diversas na região. Além disso, os pankararu também não tiveram seus direitos fundiários respeitados no reconhecimento oficial da terra Pankararu pelo Estado e muito menos pelos posseiros não indígenas que constantemente invadem terras Pankararu e, munidos de documentos frios, exigem altíssimas indenizações para que devolvam a terra a quem por origem tem direito, gerando cada vez mais conflitos na região.

A partir da crescente presença de posseiros na terra indígena Pankararu que ocorre a fragmentação do território, e o fluxo de migração para a cidade de São Paulo, a parcela do grupo expropriada de sua terra abandona seu território em busca de novas perspectivas, e buscam a ilusão do sucesso proporcionado pelas metrópoles, em busca de emprego, melhores condições de acesso à direitos básicos, fragmentando o território da aldeia. Entende-se como fragmentação o fato dos Pankararu levarem seus sobrenomes, costumes, danças, cultura para um novo local, no caso, a cidade de São Paulo, transformando não apenas a aldeia do sertão pernambucano, mas também a favela Real Parque, na capital paulista, já que chegaram na capital paulista e buscaram recriar os costumes que tinham na aldeia transportando-os para o novo espaço que passaram a ocupar.

### **Territorialidade, identidade e mobilização política**

Constituído como resultado de múltiplas relações sociais, que se movimentam constantemente de acordo com a mudança da técnica e da sociedade, estamos de acordo que os territórios estão sob constante processo de construção-desconstrução-reconstrução, novas territorialidades são criadas, fruto

deste movimento contínuo de transformação que implica conseqüentemente em processos de desterritorialização seguidos da reterritorialização de grupos sociais envolvidos nesta dinâmica.

Como coloca Claval (2001) a construção da identidade está intimamente relacionada à organização territorial e a maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização ou a experimenta. A partir desta colocação podemos entender como o território implica como um componente estruturador da identidade, podendo com muita eficácia dar mais consistência e manter identidades como um referencial concreto, assim como a dinâmica territorial com seus processos de construção-desconstrução-reconstrução de territórios pode influenciar no processo de (re) construção e manutenção identitária de grupos sociais e indivíduos.

Haesbaert (2004) coloca que a desterritorialização seria um fruto do enfraquecimento do controle exercido pelo espaço que resultaria a mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Percebemos que grupo de indivíduos da etnia Pankararu ao abandonar sua terra ancestral no sertão pernambucano e migrar para a capital paulista sofre, a partir da conceituação de Haesbaert, um processo de desterritorialização na medida em que seu controle exercido pelo espaço é enfraquecido devido aos intensos conflitos fundiários com os posseiros não indígenas que ocupam sua terra, o que contribuiu para a migração do grupo, ou seja, a mobilidade de indivíduos, bens materiais e informações.

Assim os Pankararu iludidos pela suposta possibilidade de melhor situação de renda e subsistência que a metrópole pode oferecer, encontram-se distantes de seu território ancestral, inseridos na metrópole paulista não possuem próximos seus referenciais topográficos, com isto passam por uma grave e profunda crise de alienação (CLAVAL, 2001 apud BANNEMAISON, 1999), já que grande parte de seus referenciais concretos estruturadores de sua identidade encontram-se distantes.

Porém, sua identidade, ser Pankararu, extrapola as barreiras e definições colocadas pelas conceituações do órgão indigenista brasileiro, e neste momento

de alienação a realização do toré simboliza para os Pankararu do Real Parque uma possibilidade e um recurso simbólico e político para romper com a imobilidade imposta pelo território legal-administrativo definido pelo órgão indigenista, se configurando na metrópole como um instrumento de exibição de sua identidade e força política, possibilitando maior visibilidade para sua condição e reivindicação de seus direitos diferenciais.

O toré pode ser tanto o nome de um ritual quanto um tipo de dança ou música, neste caso são entoados na parte final de um ritual, apresentando caráter lúdico e político.

Arruti (1996) coloca que:

“A realização do toré se reveste de um sentimento de orgulho ligado à capacidade de manter vivo e atualizado o laço com seus ancestrais e, através deles, com sua identidade, tanto no que ela tem de demonstrável publicamente quanto no que ela tem de experiências coletiva e mística. O valor do toré para os pankararu, está em sua natureza tanto pública quanto religiosa, ainda que ela não se explicita sempre.”

O toré, portanto apesar de sagrado é público, e possui tanto características sagradas quanto profanas. O Toré passa a envolver sua característica de sagrado a partir do culto ao Encantado, que seriam indivíduos do grupo que se encantaram voluntária ou involuntariamente, e por isso são cultuados, porém não se pode como insistem os pankararu ser confundido com o culto aos mortos (ARRUTI,1996), e com o “levantamento” dos praiás, máscaras corporais que “vestem” os encantados.



Praiás na aldeia Brejo dos Padres-PE.

Fonte:<http://webradiobrasilindigena.wordpress.com/2008/03/19/tv-cultura-apresenta-documentario-inedito-sobre-indios/>

O culto do Encantado começa com o aparecimento da semente que é a forma material por que os Encantados se manifestam pela primeira vez (ARRUTI, 1996; MATTA, 2005 e 2007). Os Encantados aparecem em sonho para a pessoa escolhida e lhe entregam a semente, esta é colocada em um pote e enterrada no solo embaixo da casa da mesma que recebe também as intenções do Encantado. A partir deste momento esta pessoa fica responsável por realizar o culto particular, ou doméstico, deste encantado, que progressivamente vai lhe revelar seu nome e seu toante, cântico próprio de cada Encantado, através de práticas rituais como o campião (fumo).

Depois disso o Encantado pede, novamente através de sonho para ser “levantado”, ou seja, para ser cultuado no toré, neste momento a pessoa responsável pelo culto doméstico tece com a palha de Ouricuri a indumentária característica dos praiás e convoca em sigilo um jovem da comunidade de reconhecida boa conduta, de acordo com os preceitos dos pankararu, para “vestir” o praiá, então o culto deixa de se realizar apenas no âmbito particular e adquire também práticas coletivas em espaço público, a pessoa escolhida pelo Encantado passa a concentrar em torno de si a realização de rituais domésticos, e

deve manter também um “terreiro” para a realização dos rituais coletivos e públicos como o toré (ALBUQUERQUE, 2007).

Neste ponto o grupo pankararu de índios urbanos que se concentram no Real Parque encontra grandes dificuldades para realizar todo o universo de rituais que envolvem o culto ao Encantado em sua totalidade. Quando o culto deixa de ser estritamente particular e se expande para esfera do público e coletivo, existe essencialmente a necessidade de um “terreiro”, ou seja, um espaço sagrado em que se possam realizar os rituais coletivos como, por exemplo, o toré. Porém em São Paulo os pankararu não dispõem deste espaço sagrado, entretanto realizam a dança toré com os praiás em festas e comemorações, como apresentações, neste momento o toré se apresenta de maneira mais lúdica e política.

Porém a importância da realização do toré não se apresenta apenas na esfera política, auxiliando para maior visibilidade nas reivindicações por seus direitos diferenciais, mas também contribui para que se mantenham vivos os laços com seus ancestrais e através disto com sua identidade, ao mesmo tempo em que as idéias, habilidades, relações em geral, propósitos e significados comuns são (re) elaborados a partir das novas experiências, contatos e descobertas (CORRÊA,2003, p.170).

O que abre espaço para o processo de reterritorialização consequente da desterritorialização sofrida ao deixar seu território ancestral. Incorporam-se assim novos territórios, ou surge uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado (BUTH,2006).

Santos explica melhor essa questão na seguinte afirmação:

“O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando esta síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e entendimento, o indivíduo recupera

parte de seu ser que parecia perdida.” (SANTOS,2002, p.329)

Entendemos assim como Santos que o processo de reterritorialização aconteça dialeticamente, os Pankararu, com sua bagagem imprimem novas características ao local que passam a ocupar, a nova paisagem, novas experiências, vivências, contatos e descobertas, se configuram como importantes fatores na elaboração ou relaboração de idéias, habilidades e maneiras de compreender e entender o mundo, a sociedade e situar-se nesse contexto. Portanto sendo o território o conjunto de relações múltiplas, elementos naturais e artificiais, entendemos que a reterritorialização não consiste apenas na alteração de formas, mudam-se também as funções e conseqüentemente o homem também se modifica.

Como coloca Claval (2001) o desenvolvimento dos sentimentos de pertencimento conduz a padronização de atitudes crenças e valores, para que desta maneira o indivíduo seja reconhecido pelos outros membros do grupo, este deve se conformar ao modelo de comportamento daqueles com os quais se agrega e aceitar seu sistema de normas.

Edcarlos Pankararu, 27 anos, que se formou em Letras na Pontífice Universidade Católica, diz em entrevista:

“Eu nasci na aldeia Brejo dos Padres, e estou em São Paulo desde os meus seis anos, aprendi a viver na cidade grande, aprendi a lidar com os movimentos, a única coisa que não aprendi é deixar de lutar pelos nossos direitos enquanto indígenas, temos sim muitas dificuldades, mas não seria diferente em outro lugar, com força de vontade e fé nos encantados teremos força para persistir e lutar, foi assim que eu consegui me formar na universidade, como outros Pankararu. A cidade é ilusória, mas temos que continuar a vencer os obstáculos. Tenho muita saudade de nossa aldeia



e do nosso povo, mas temos que continuar a preservar nossa cultura independente de onde estivermos”.

Percebemos através da conceituação de Claval e da colocação de Edcarlos que os Pankararu além de adotar e (re) elaborar costumes e práticas do homem “branco” em meio a urbanidade e também em sua aldeia de origem, passam por um processo de construção identitária e política, descobre-se índio para que possa ser reconhecido como um grupo que pode e deve lutar e reivindicar seus direitos não apenas de ser Pankararu, mas como indivíduos integrantes também de uma sociedade que por muitas vezes se negou a aceitá-los, ignorando seus direitos como seres humanos que também ocupam uma parcela do planeta, e que oprimidos pela sociedade “branca”, são privados de seus direitos mais básicos, como por exemplo o acesso a uma terra que seus ancestrais já ocupavam a muito tempo.

Realizar o toré fora de seu território ancestral configura-se não apenas como maneira de afirmar sua identidade e manter vivos os laços com seus ancestrais, o toré realizado pelos Pankararu no Real Parque, ou em qualquer outro lugar vai para além da questão do sagrado e da expressão de idéias e sentimentos religiosos e transforma-se também em ato político, expressão de sua indianidade, e ao mesmo tempo que os aproxima do sobrenatural, contribui também para que sejam reconhecidos pela sociedade “branca” e para que assim acessem seus direitos, tanto seus direitos básicos para sua sobrevivência quanto os políticos.

### **Considerações Finais**

Buscamos no decorrer deste estudo analisar e compreender a situação do grupo de migrantes Pankararu que vindos do nordeste do Brasil se concentraram na favela Real Parque, as margens do rio Pinheiros na capital paulista, e seu possível processo de reterritorialização na metrópole paulista.

Partimos da concepção de que o território não é exclusivamente político, econômico, cultural ou somente natural, mas que este é constituído por múltiplas

relações de poder desde as mais materiais, políticas e econômicas, até as mais simbólicas, portanto acreditamos que para compreender as dinâmicas territoriais em sua totalidade é necessário que sejam abarcadas todas as dimensões que envolvem o processo, no caso em questão de (des)(re) territorialização.

Percebemos então que a reterritorialização do Pankararu no Real Parque está nitidamente relacionada a um processo de construção politico-identitária do grupo. Ao afirmar sua identidade, não apenas sua identidade indígena construída pela sociedade “branca”, mas sua identidade de pertencer a etnia Pankararu e manter seus laços ancestrais através da realização de suas manifestações culturais em meio a urbanidade, o Pankararu aproxima suas crenças e idéias religiosas de sua atividade política, conquistando cada vez mais visibilidade a sua condição de segregação, e as suas reivindicações.

Porém considerar a reterritorialização dos Pankararu no Real Parque, não significa aceitar esse processo apenas como fruto da realização de suas manifestações culturais em meio a selva de pedras. Ao considerar que o processo de (re) territorialização aconteça dialeticamente, ou seja, que o grupo recebe influência do meio que ocupa assim como interfere no meio a partir de sua construção como ser histórico, social e cultural, na medida em que se apropria deste espaço. Compreendemos então quão importante se apresenta o fortalecimento da identidade do grupo, assim como sua organização e mobilização política dos para consolidação e permanência de seu território na capital do estado de São Paulo.

O ambulatório indígena, a Associação S.O.S Comunidade Indígena Pankararu e a Organização Não Governamental Ação Cultural Indígena Pankararu, responsáveis pela realização de diversos projetos, entre eles a concessão de bolsas de estudo para integrantes do grupo em universidades privadas, muito além de conquistas obtidas através dessa mobilização e organização política apresentam-se como referências concretos da territorialidade dos Pankararu na metrópole São Paulo, por explicitarem sua apropriação não só política, por meio da conquista de poucos direitos básicos, mas também cultural quando se apropriam de costumes característicamente urbanos, ao mesmo

tempo em que mantêm seus laços ancestrais, fortalecendo sua identidade através dos rituais sagrados particulares e coletivos realizados ainda que com algumas restrições em meio a metrópole de São Paulo.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Mobilização étnica na cidade de São Paulo: o caso dos índios Pankararu. Dissertação( Pós –Graduação em Antropologia Social), Santa Catarina : UFSC,2007.

ARRUTI, José Maurício P.A. O Reencantamento do Mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1996.

BUTH, F.; CORRÊA, W. K. – A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.1, n.2, pág. 152-172, ago. 2006.

CARLOS, A. F. A. O Lugar no/ do Mundo. Sao Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. Geografia: Conceitos e Temas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana In: Matrizes da Geografia Cultural, ROSENDAHL, Z. E CORRÊA, R. L., Rio de Janeiro, Edurj, 2001.

CORRÊA, R. L. Introdução a geografia cultural, Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

HAESBAERT, R. Territorios Alternativos. Sao Paulo: Contexto, 2002. Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_.O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

MATTA, Priscila Matta. Dois Elos da Mesma Corrente: Uma Etnografia da Corrida do Umbu e da Penitência entre os Pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: USP, 2005.

MORAES, A. C. R. – Ideologias Geográficas, São Paulo: Hucitec, 1991..

PANKARARU, Dimas Joaquim do Nascimento. Índios Pankararu de São Paulo (símbolos da resistência Nacional). Projeto encaminhado ao Governo Federal dentro do Programa da Carteira Indígena. São Paulo, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Paris: Litec, 1980; São Paulo: Ática (tradução), 1993.

RICARDO, B., RICARDO, F. Povos indígenas no Brasil 2001/2005. São Paulo : Instituto Sócio Ambiental, 2006.

ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (Série geografia Cultural).

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002,

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1996. p.15-20.

SOUZA, Fernando J. Carneiro de. Os Pankararu : aspectos culturais e lingüísticos. *Terra Indígena*, Araraquara : Centro de Estudos Indígenas, v. 10, n. 66, p. 20-32, jan./mar. 1993.

TUAN, Y Fu. Topofilia - *um estudo da percepção, atitudes e valores* do meio ambiente Difel, São Paulo/Rio de Janeiro, 1980.

## **Outras Referências**

### **Vídeo (DVD)**

MORGADO, Paula; SENA, João Claudio de. **Do São Francisco ao Pinheiros. (70')**. Produzido pela ONG Ação Cultural Indígena Pankararu e LISA (Laboratório de Imagem e Som em Antropologia) / USP (Universidade de São Paulo), dirigido por Paula Morgado e João Claudio de Sena; São Paulo-SP, 2007.